

CONVOCAÇÃO Nº 004/2021, DE 05 DE MARÇO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 8º, I, b, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de onze de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, acionando o **sistema de deliberação remota** instituído pelo Ato Normativo nº 009, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 002, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, e tendo em vista a Resolução nº 005, de 02 de março de 2021, do Conselho Superior do Ministério Público, **CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público**, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no **dia 17 de março de 2021, quarta-feira, às 14:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

1. APRECIÇÃO DE INQUÉRITOS CIVIS E DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ZUVAL GONÇALVES FERREIRA:

1.1. Inquérito Civil nº 003.9.62515/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

1.2. Procedimento Ministerial nº 596.9.168338/2020, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

1.3. Procedimento Ministerial nº 698.9.3978/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

1.4. Inquérito Civil nº 677.0.162938/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

1.5. Procedimento Ministerial nº 003.9.186948/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.6. Inquérito Civil nº 644.9.222022/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.7. Inquérito Civil nº 340.9.137495/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;

1.8. Inquérito Civil nº 705.0.242357/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.9. Procedimento Ministerial nº 644.0.106455/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Condeúba;

1.10. Inquérito Civil nº 003.0.108448/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.11. Inquérito Civil nº 003.9.4777/2017, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;

1.12. Inquérito Civil nº 003.9.72653/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.13. Inquérito Civil nº 598.0.223443/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.14. Procedimento Ministerial nº 003.9.44094/2021, do Conselho Superior do Ministério Público;

- 1.15. Inquérito Civil nº 109.0.171004/2012, da Promotoria e Justiça de Itiúba;
- 1.16. Procedimento Ministerial nº 001.0.202833/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.17. Procedimento Ministerial nº 003.9.27100/2020, da 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA RITA MARIA SILVA RODRIGUES:

- 1.18. Procedimento Ministerial nº 003.9.80551/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.19. Procedimento Ministerial nº 167.9.91749/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.20. Inquérito Civil nº 677.0.101757/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.21. Procedimento Ministerial nº 692.9.164929/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 1.22. Inquérito Inquérito Civil nº 593.9.28978/2017, apenso nº 593.9.29491/2017, 593.9.64786/2017, 593.9.29520/2017 e 593.9.64859/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.23. Inquérito Civil nº 035.0.84045/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;
- 1.24. Inquérito Civil nº 085.9.11619/2020, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 1.25. Procedimento Ministerial nº 003.9.69567/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.26. Procedimento Ministerial nº 003.9.81773/2020, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.27. Inquérito Civil nº 681.0.112224/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.28. Inquérito Civil nº 003.0.154623/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 1.29. Inquérito Civil nº 003.0.7436/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 1.30. Inquérito Civil nº 003.9.121776/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.31. Inquérito Civil nº 308.0.163498/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 1.32. Inquérito Civil nº 677.9.23021/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 1.33. Inquérito Civil nº 003.0.78287/2011, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude

de Salvador;

1.34. Inquérito Civil nº 003.1.47900/2005, da Promotoria de Justiça de Utinga;

1.35. Inquérito Civil nº 003.9.146438/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;

1.36. Inquérito Civil nº 647.0.44762/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

1.37. Inquérito Civil nº 291.0.177147/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;

1.38. Inquérito Civil nº 003.9.215723/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde;

1.39. Procedimento Ministerial nº 003.9.71049/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.40. Inquérito Civil nº 294.9.98909/2017, da Promotoria de Justiça de Sapeaçu;

1.41. Inquérito Civil nº 702.9.20774/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

1.42. Inquérito Civil nº 069.0.152896/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

1.43. Inquérito Civil nº 308.0.121833/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;

1.44. Procedimento Ministerial nº 190.9.156741/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

1.45. Procedimento Ministerial nº 003.9.144711/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.46. Procedimento Ministerial nº 644.9.149701/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.47. Inquérito Civil nº 706.9.195565/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;

1.48. Inquérito Civil nº 708.9.164885/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.49. Procedimento Ministerial nº 003.9.95982/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação- GEDUC;

1.50. Procedimento Ministerial nº 681.9.169089/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.

1.51. Procedimento Ministerial nº 677.9.67405/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;

1.52. Inquérito Civil nº 699.9.102595/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.53. Procedimento Ministerial nº 699.9.9066/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.54. Inquérito Civil nº 716.0.47803/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ipirá;

1.55. Inquérito Civil nº 167.9.165937/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.56. Inquérito Civil nº 003.9.60464/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.57. Inquérito Civil nº 003.9.82357/2019, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;

1.58. Inquérito Civil nº 020.9.33680/2019, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;

1.59. Inquérito Civil nº 069.9.177401/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

- 1.60. Inquérito Civil nº 003.0.78601/2016, do Grupo de Atuação de Defesa da Educação – GEDUC;
- 1.61. Inquérito Civil nº 003.9.132218/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.62. Procedimento Ministerial nº 003.9.201592/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 1.63. Procedimento Ministerial nº 003.9.232377/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Entre Rios.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA SARA MANDRA RUSCIOLELLI SOUZA:

- 1.64. Inquérito Civil nº 933.9.139068/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 1.65. Inquérito Civil nº 681.0.207945/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.66. Inquérito Civil nº 646.9.30022/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.67. Inquérito Civil nº 646.9.151599/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.68. Inquérito Civil nº 644.0.222577/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 1.69. Inquérito Civil nº 596.9.184029/2019, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.70. Inquérito Civil nº 596.0.181363/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 1.71. Inquérito Civil nº 593.9.195313/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.72. Inquérito Civil nº 590.0.161662/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.73. Procedimento Ministerial nº 347.9.200963/2020, da Promotoria de Justiça de Utinga;
- 1.74. Inquérito Civil nº 116.0.210482/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Esplanada;
- 1.75. Inquérito Civil nº 003.9.87242/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 1.76. Procedimento Ministerial nº 003.9.215898/2020, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.77. Procedimento Ministerial nº 003.9.178875/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.78. Inquérito Civil nº 003.0.206627/2014, apenso nº 003.0.217491/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.79. Inquérito Civil nº 167.0.228845/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 1.80. Inquérito Civil nº 655.0.86930/2012, 2ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 1.81. Inquérito Civil nº 647.9.233708/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.82. Procedimento Ministerial nº 647.9.223198/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.83. Procedimento Ministerial nº 600.9.184871/2017, da Promotoria de Justiça Especializada com sede em Santo Antônio de Jesus;

- 1.84. Inquérito Civil nº 598.0.95166/2016 apenso nº 598.9.111528/2018, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 1.85. Inquérito Civil nº 331.9.70169/2017, da Promotoria de Justiça de Terra nova;
- 1.86. Inquérito Civil nº 210.9.214537/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 1.87. Procedimento Ministerial nº 115.9.249588/2020, da Promotoria de Justiça de Ituberá;
- 1.88. Inquérito Civil nº 115.0.215493/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 1.89. Inquérito Civil nº 114.9.122226/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 1.90. Inquérito Civil nº 003.9.4726/2019, da Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.91. Procedimento Ministerial nº 003.9.44692/2019, da Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 1.92. Procedimento Ministerial nº 003.9.25377/2021, do Conselho Superior do Ministério Público;
- 1.93. Procedimento Ministerial nº 003.9.150280/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.94. Inquérito Civil nº 003.0.96384/2015, da 16ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;
- 1.95. Inquérito Civil nº 003.0.108589/2013, da 4ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;
- 1.96. Inquérito Civil nº 001.0.128097/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA CARVALHO:

- 1.97. Inquérito Civil nº 003.0.188168/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 1.98. Procedimento Ministerial nº 003.9.385/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 1.99. Inquérito Civil nº 003.9.34539/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.100. Inquérito Civil nº 003.9.83012/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.101. Procedimento Ministerial nº 003.9.110009/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.102. Procedimento Ministerial nº 003.9.130957/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.103. Procedimento Ministerial nº 288.0.99044/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 1.104. Inquérito Civil nº 291.0.189922/2011, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;
- 1.105. Procedimento Ministerial nº 305.0.26455/2013, da 10ª Promotoria de Justiça de

Juazeiro;

1.106. Inquérito Civil nº 308.0.169076/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;

1.107. Inquérito Civil nº 593.0.52881/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

1.108. Inquérito Civil nº 598.0.67242/2016, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.109. Inquérito Civil nº 719.1.63059/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;

1.110. Inquérito Civil nº 591.0.105495/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

1.111. Inquérito Civil nº 708.0.13032/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.112. Inquérito Civil nº 648.9.175174/2017, apenso nº 648.9.190072/2017 e nº 003.9.101707/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaparica;

1.113. Inquérito Civil nº 647.0.73914/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

1.114. Inquérito Civil nº 596.0.151110/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;

1.115. Inquérito Civil nº 167.9.171023/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.116. Procedimento Ministerial nº 035.9.98831/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

1.117. Procedimento Ministerial nº 003.9.34076/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

1.118. Inquérito Civil nº 003.0.41973/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

1.119. Inquérito Civil nº 003.0.209328/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.120. Inquérito Civil nº 003.0.113029/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

1.121. Inquérito Civil nº 003.0.104170/2013, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;

1.122. Inquérito Civil nº 597.0.70361/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

1.123. Procedimento Ministerial nº 592.9.101251/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.124. Inquérito Civil nº 708.9.118110/2020, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

1.125. Inquérito Civil nº 598.0.235182/2014, da 13ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.126. Inquérito Civil nº 597.9.112326/2018, da Promotoria de Justiça de Ituberá;

1.127. Procedimento Ministerial nº 347.0.32585/2008, da Promotoria de Justiça de Utinga;

1.128. Inquérito Civil nº 003.9.59112/2019, da 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania de

Salvador;

1.129. Inquérito Civil nº 003.9.116077/2017, da 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador.

RELATORA: EXM.^a SR.^a DR.^a PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

1.130. Inquérito Civil nº 003.0.145336/2009, da 13ª Promotoria de Justiça da Cidadania de Salvador;

1.131. Inquérito Civil nº 003.0.239090/2014, da 16ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;

1.132. Inquérito Civil nº 003.9.131533/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

1.133. Procedimento Ministerial nº 003.9.143846/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

1.134. Inquérito Civil nº 066.0.168659/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;

1.135. Procedimento Ministerial nº 308.9.153215/2020, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;

1.136. Inquérito Civil nº 340.9.117938/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Ubatã;

1.137. Inquérito Civil nº 591.9.210494/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.138. Procedimento Ministerial nº 598.9.180670/2020, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

1.139. Inquérito Civil nº 644.9.141122/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.140. Inquérito Civil nº 644.9.24279/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.141. Inquérito Civil nº 699.0.198244/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.142. Inquérito Civil nº 699.9.58005/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.143. Inquérito Civil nº 705.0.38341/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

1.144. Inquérito Civil nº 708.9.184631/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

1.145. Inquérito Civil nº 167.0.92587/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

1.146. Inquérito Civil nº 646.9.33447/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.147. Inquérito Civil nº 674.0.17664/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Combate à Sonegação Fiscal com sede em Feira de Santana.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO GOMES JÚNIOR:

1.148. Procedimento Ministerial nº 003.9.78242/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.149. Procedimento Ministerial nº 003.9.140611/2019, da 4ª Promotoria de Justiça da

Cidadania de Salvador;

1.150. Procedimento Ministerial nº 336.9.233831/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

1.151. Inquérito Civil nº 331.9.151736/2017, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;

1.152. Inquérito Civil nº 592.9.151056/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

1.153. Procedimento Ministerial nº 003.9.424/2020, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.154. Procedimento Ministerial nº 003.9.106304/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

1.155. Procedimento Ministerial nº 591.9.67692/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

1.156. Inquérito Civil nº 608.0.244268/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

1.157. Inquérito Civil nº 167.9.28101/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

1.158. Inquérito Civil nº 674.9.132148/2020, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

1.159. Inquérito Civil nº 644.0.224497/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

1.160. Inquérito Civil nº 003.9.190/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.161. Inquérito Civil nº 003.9.39898/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

1.162. Inquérito Civil nº 646.0.74594/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.163. Inquérito Civil nº 598.0.47990/2014, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

1.164. Inquérito Civil nº 699.9.954/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

1.165. Procedimento Ministerial nº 644.9.133815/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA LUIZ EUGÊNIO FONSECA MIRANDA:

1.166. Inquérito Civil nº 003.0.45729/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

1.167. Inquérito Civil nº 003.0.129921/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

1.168. Procedimento Ministerial nº 003.9.6324/2020, da 8ª Promotoria e Justiça da Cidadania de Salvador;

1.169. Procedimento Ministerial nº 003.9.88862/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 1.170. Inquérito Civil nº 094.0.227081/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 1.171. Inquérito Civil nº 152.0.94573/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lençóis;
- 1.172. Inquérito Civil nº 593.0.109735/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.173. Inquérito Civil nº 681.0.129394/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 1.174. Inquérito Civil nº 699.0.181534/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 1.175. Inquérito Civil nº 705.0.61899/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 1.176. Inquérito Civil nº 003.9.25801/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.177. Procedimento Ministerial nº 003.9.39420/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.178. Procedimento Ministerial nº 003.9.79489/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 1.179. Inquérito Civil nº 058.0.80367/2010, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
- 1.180. Inquérito Civil nº 066.0.245179/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;
- 1.181. Procedimento Ministerial nº 308.0.163098/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 1.182. Procedimento Ministerial nº 591.9.129783/2020, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 1.183. Inquérito Civil nº 708.9.118954/2020, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.184. Inquérito Civil nº 709.0.55337/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 1.185. Inquérito Civil nº 728.0.37327/2012, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabrália;
- 1.186. Inquérito Civil nº 291.0.78761/2015, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 05 de março de 2021.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público